

# Capítulo B4

## Atlanto-Platina: Jês

<a href="#">Página inicial</a>
--------------------------------

<a href="#">Lista das áreas</a>
---------------------------------

A área a que Eduardo Galvão deu o nome de Tietê-Uruguaí abrange primordialmente os jês meridionais, isto é, os caingang e os xocling. Nela também se podem acrescentar os ofaiés, do tronco macro-jê, hoje muito reduzidos, junto ao rio Paraná, no estado do Mato Grosso do Sul, e quiçá os otis, da outra margem do mesmo rio, no estado de São Paulo, que, como grupo, se extinguíram no início do presente século, não obstante a existência de um ou outro descendente em postos indígenas. Os ofaiés e os otis, tal como um ramo dos acuéns da área Tocantins-Xingu, eram também chamados de xavantes.

As comunidades desses povos indígenas do tronco macro-jê se distribuem sobre o planalto Meridional, que é o prolongamento sulino do planalto Brasileiro. Mas estão envolvidas pelos guaranis, não só presentes em torno do planalto, mas também sobre ele, de modo que em várias terras indígenas vivem ao lado dos caingang. Por isso, já não faz sentido distinguir uma área Tietê-Uruguaí (dos jês meridionais), de uma outra que Galvão chamou de Paraná (dos guaranis). Então optei por reunir ambas as áreas numa só, com o nome de Atlanto-Platina.

Este capítulo é, pois, dedicado aos povos do tronco macro-jê da área Atlanto-Platina. Os guaranis dessa área foram abordados no capítulo anterior.

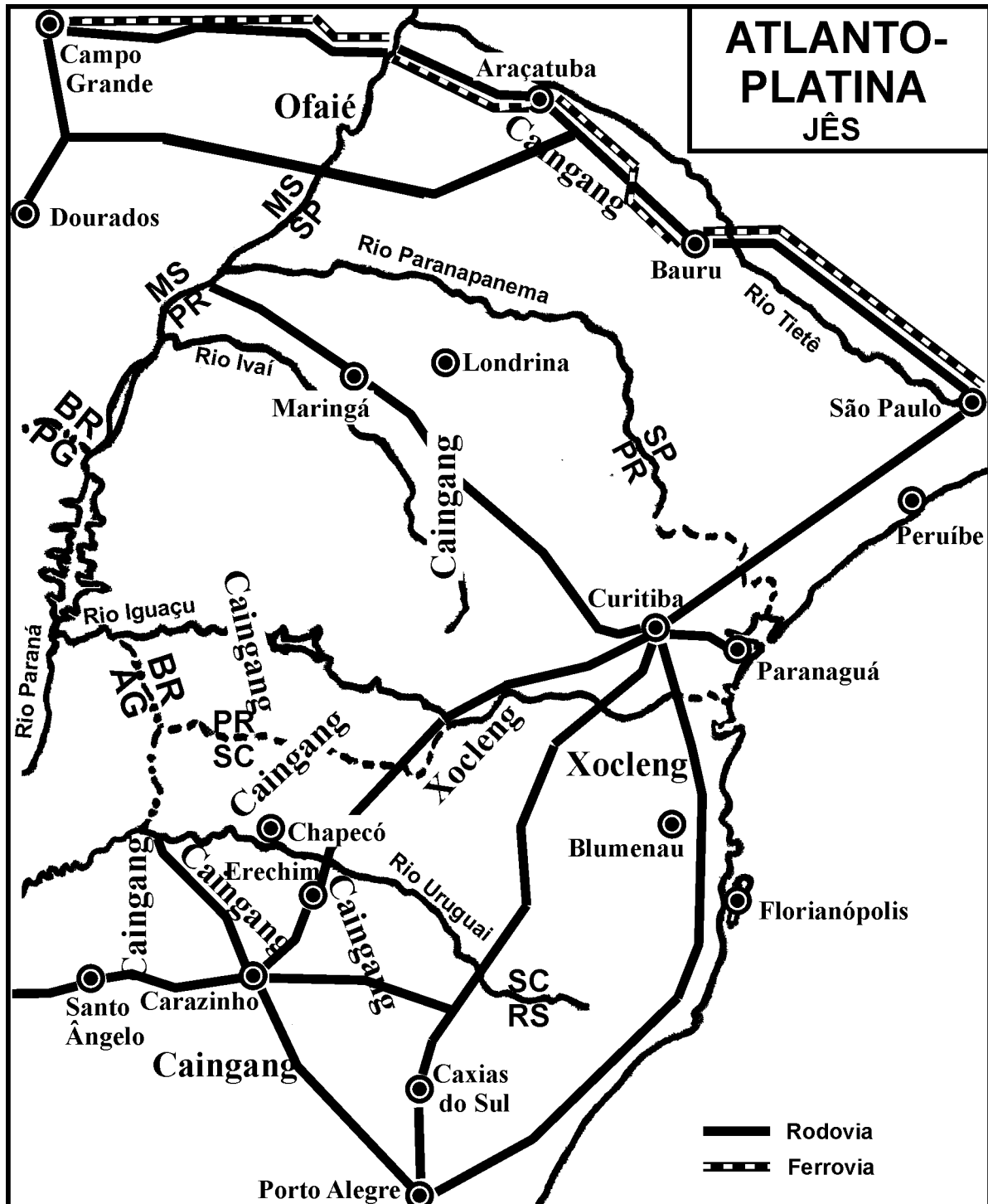
### Pesquisas etnológicas

Como atualmente os índios da área vivem sob a administração direta de postos indígenas, em casas de alvenaria, de madeira e, mesmo quando choças, semelhantes às dos sertanejos pobres, vestidos como os brancos, e, além da roça de subsistência, trabalhando em empreendimentos promovidos pela Funai ou em fazendas vizinhas das terras indígenas, torna-se pouco visível, num primeiro e superficial exame, o que possa haver de indígena nessas populações. Tal situação certamente influiu no caráter dos estudos etnológicos desenvolvidos nesta área, que dão primazia ao contato interétnico, seja a relação atual índios/brancos ou entre índios de diferentes etnias numa determinada terra indígena, seja uma reconstituição histórica da ocupação de um território indígena pelos civilizados. Nos poucos casos de estudos de um sistema sócio-cultural indígena, a reconstrução do passado tem preferência sobre o presente.

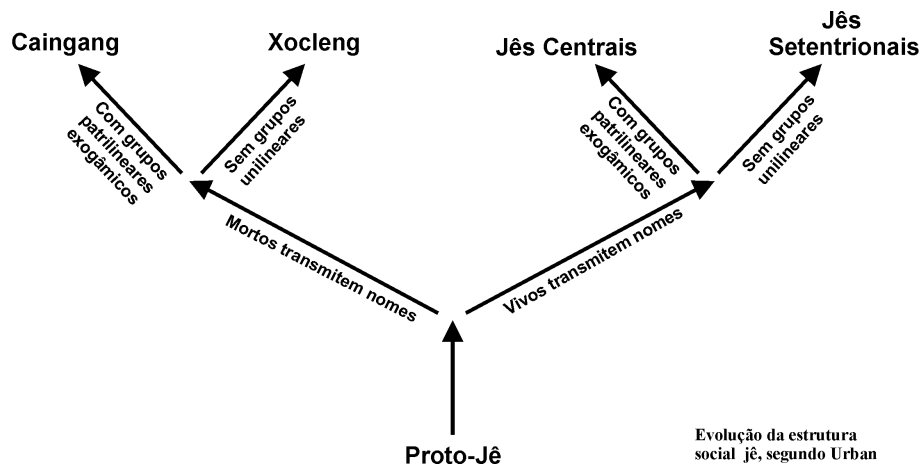
### Dos xocling

Os caingang se distribuem no planalto Meridional desde o estado de São Paulo até o do Rio Grande do Sul. Já os xocling têm uma distribuição menos ampla, que se resume às encostas orientais do mesmo planalto em Santa Catarina. Talvez por isso se tenha destes

últimos uma visão de conjunto que só recentemente vem sendo lograda para os primeiros. Assim, Sílvio Coelho dos Santos (1973) fez a história do penoso processo de contato dos xocleng até sua localização em reservas, na segunda década do século XX, processo este vinculado à aquisição de terras por colonos europeus, que chegaram mesmo a financiar tropas de bugreiros, isto é, homens armados especializados em aniquilar grupos indígenas.



Além disso, Jules Henry (1964) publicou pela primeira vez em 1941 os resultados da pesquisa que realizou entre os xoclung no início da década anterior. Escrito em inglês, este trabalho deu a conhecer os xoclung a nível internacional (mas inadequadamente com o nome de caingang), e permitiu a George P. Murdock colocá-los entre as 250 sociedades indígenas mais conhecidas de sua amostra mundial, que serviram de base para escrever seu livro *Social Structure* (Nova Iorque: MacMillan, 1949), que é talvez o principal exemplo de aplicação do método "cross-cultural". Uma das coisas que mais chamavam a atenção nos dados de Henry era a presença simultânea entre os xoclung de monogamia, poliginia, poliandria e casamento grupal. De orientação mais psicológica, Henry não conseguiu dar uma idéia do sistema social xoclung, que ficaram como exemplo de amorfismo social.



Mais recentemente, Gregory Urban (1978) reestudou os xoclung, de modo a resgatar o caráter sistêmico de sua organização. Henry os havia descrito tal como os viu no início dos anos 1930. Urban foi à procura de um subgrupo que ainda estaria isolado, conforme era admitido pela imprensa e até no meio dos antropólogos. Não tendo sido encontrado tal subgrupo, Urban procurou reconstituir junto aos xoclung das reservas o seu sistema social no tempo imediatamente anterior ao contato amistoso. E assim produziu sua tese, um trabalho extremamente formal em que o modelo da sociedade xoclung é apresentado sob a forma de axiomas e teoremas. Uma das contribuições mais importantes de seu trabalho é a comparação que faz dos xoclung com as outras sociedades jês. Segundo Urban, a sociedade que deu origem às atuais sociedades jês teria sofrido uma primeira cisão, originando os jês meridionais, de um lado, e os demais jês de outro. Os jês meridionais se separaram em caingang e xoclung; os demais se separaram em jês centrais (xavantes, xerentes) e jês setentrionais (timbiras, caiapós, suiás). Grupos de descendência patrilinear existentes na sociedade original teriam se mantido na primeira cisão; mas na segunda cisão, esses grupos teriam se mantido num dos ramos (caingang, jês centrais), mas não no outro (xoclung, jês setentrionais). Observa também Urban que a transmissão de nomes se faz entre adultos e imaturos no caso dos jês centrais e do norte, mas entre mortos e imaturos vivos, no caso dos jês do sul.

## Dos caingang

Já os caingang, mais numerosos e ocupando uma área mais vasta que os xoclung, foram estudados nos estados de São Paulo (Montagner 1976), Paraná (Vieira Helm 1977), Santa

Catarina (Coelho dos Santos 1970) e Rio Grande do Sul (Becker 1976, Simonian 1981 e 1993), com enfoques diversos, mas sempre voltados para o contato. Quanto ao contato intertribal, o trabalho mais elaborado é o desenvolvido na tese de mestrado de Maria Lígia Moura Pires, publicada de maneira condensada (Moura Pires & Ramos 1980), no qual estuda as relações hierárquicas que se estabelecem no posto indígena de Mangueirinha, no Paraná, entre brancos, mestiços, caingang e guaranis.

Quanto ao sistema sociocultural, a pesquisa mais abrangente, crítica e atual é a de Juracilda Veiga. Sua tese de mestrado, defendida em 1992, foi publicada em 2006 como *Aspectos Fundamentais da Cultura Kaingang*. O título parece uma homenagem a Egon Schaden, que escreveu *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*, ou uma proclamação de sua aspiração de abarcar todo o universo caingang, tal como ele fez com este outro povo também desta área Platina Oriental (no capítulo seguinte). Ela se empenha em lembrar o pertencimento dos caingang ao conjunto dos povos indígenas que falam línguas da família jê, e da unidade mais ampla, o tronco macro-jê, e que pautam sua vida por sistemas socioculturais muito semelhantes, resumindo num quadro suas características comuns (p. 30). Esforça-se em dar sentido a distintas informações etnográficas, não raro fragmentárias, anotadas por diferentes pesquisadores ou cronistas em pontos diversos da extensa área em que se distribuem os caingang. Com base na bibliografia e no seu conhecimento pessoal das terras habitadas pelos caingang, sobretudo num longo período de atividade como indigenista no oeste de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul, acrescido da pesquisa de campo como etnóloga no posto e na terra indígena Xapecó, discute a organização social dos caingang, desde os grupos de descendência até a terminologia de parentesco e a transmissão dos nomes pessoais, relacionando-os com sua cosmologia, abordada por intermédio da observação do comportamento e atitudes para com os mortos, principalmente no rito do Kikikoi.

### **Dos ofaiés e otis**

Curt Nimuendajú trabalhou na atração dos ofaiés em 1912-13; os que então já estavam em contato eram em número de 82. Na passagem do século XIX para o XX sua vida nada valia diante dos fazendeiros que, partindo de Nioac, faziam a ocupação das terras na direção do rio Paraná. Em 1948, Darcy Ribeiro (1979) colheu algumas informações etnográficas de dez ofaiés próximo à margem direita do rio Paraná. Hoje, conforme as informações do último quadro deste capítulo, essa população é sete vezes maior. Do outro lado do Paraná, no estado de São Paulo, estavam os otis, dos quais Baldus (1954) também dá notícia.

### **Etapas da ocupação do Planalto Meridional**

Sem querer recuar até os primórdios da ocupação das terras altas irrigadas pelos afluentes da margem esquerda do rio Paraná, vale lembrar que foram ocupadas pelos habitantes das casas-poço. Essas casas, pertencentes à tradição Taquara-Itararé, ou, para usar o termo que tem precedência, dos arqueólogos argentinos, Eldoradense, consistiam de uma escavação circular cujo piso podia alcançar até cerca de dois metros abaixo do nível do solo, coberta por um teto cônico sustentado por um poste central. Seus caibros inclinados não se assentavam diretamente sobre o chão externo, mas em estacas verticais, deixando um espaço entre o beiral e ele, que poderia ficar aberto para ventilação ou, quando necessário, ser fechado. Essas casas se edificavam em grupos, havendo delas versões maiores que podem

estar associadas a um período mais recente ou a diferentes funções, como rituais, por exemplo. Também a elas estão associadas plataformas de terra (sobre as quais há vestígio de fogo), galerias subterrâneas e muros. Nelas se encontram evidências do consumo de pinhões, milho e do uso de cabaças. A julgar pelas datas extremas até agora encontradas, essa tradição floresceu entre 140 (apogeu do Império Romano) e 1790 (tempo da Revolução Francesa) de nossa era. Por conseguinte, o período colonial já ia avançado quando ela desapareceu. Há, pois, uma grande possibilidade de que os homens que viveram sob essa tradição tenham sido ancestrais dos caingang e dos xocling. Se aquele modo de vida vigorou até pouco mais de duzentos anos atrás, pode até acontecer de virem a ser encontrados registros documentais que façam a sua conexão com grupos indígenas do presente, apesar de nada terem guardado daquelas características culturais. O arqueólogo André Prous (1992: 310-333) elaborou uma excelente sinopse da tradição Taquara-Itaré.

Nos primórdios da colonização européia, o litoral sul brasileiro era habitado pelos carijós, que constituíam um ramo dos guaranis. A guerra que lhes moveram os colonizadores portugueses, o seu arrebanhamento como escravos e a propagação de moléstias desconhecidas até então neste continente extinguíram em pouco tempo com essa população indígena. Enquanto os guaranis da costa eram dizimados, o mesmo acontecia com aqueles que estavam mais perto do rio Paraná nas missões jesuíticas, atacados pelos bandeirantes paulistas em busca de escravos. Mas os predadores de índios não se interessaram pelos guaianases, habitantes das terras altas. Há quem os tome por ancestrais dos caingang. Capistrano de Abreu (1975: 15-16), entretanto, em sugestivo bosquejo dos guaianases de São Paulo, se mostra descrente quanto a essa identificação.

Se é impossível relacionar com certeza moradores das casas-poço e guaianases com os indígenas atuais, os índios do planalto Meridional conhecidos a partir do século XVIII como coroados e botocudos são de fato, respectivamente os caingang e os xocling. Uns chamados coroados devido ao corte do cabelo a lembrar a coroa de frade; outros, botocudos, por causa do batoque labial. Durante o século XVIII e a primeira metade do XIX os caingang mais meridionais (do sul do Paraná, oeste de Santa Catarina, noroeste do Rio Grande do Sul) farão gradativamente o contato com os brancos. Posteriormente, no final do século XIX e início do XX é que entrarão em contato os caingang mais setentrionais (norte do Paraná e sul de São Paulo) e os xocling.

A conquista da parte sul do planalto Meridional se faz por um caminho que se abriu no século XVIII, que ligava Sorocaba, Curitiba, Lajes (que então se fundou), Porto Alegre. Por ele os criadores do sul abasteciam de bovinos e muares os paulistas que se dirigiam para as minas. A julgar pelo mapa de Coelho dos Santos (1973: 36), esse caminho passava ao longo do território xocling, que então se estendia desde os arredores de Curitiba até as vizinhanças de Porto Alegre, abrangendo tanto o topo quanto o sopé do planalto. O trânsito e os novos estabelecimentos estimulados por essa via acabaram por fazer com que os xocling se retirassem do topo para as encostas do planalto, sem que se criassem relações amistosas com os invasores. Por outro lado, no mesmo século, os criadores de gado vão avançando pelos campos limpos que entremeavam a floresta onde predominavam os pinheiros do Paraná, ocupando assim os campos de Curitiba, Guarapuava, Palmas, até alcançar o noroeste do Rio Grande do Sul. Nessa expansão, vão estabelecendo relações amistosas com certos grupos caingang, que os ajudam contra outros. Assim, nos meados do século XIX, os caingang da araucária e dos campos limpos já estão todos dominados.

Restavam os caingang da floresta tropical do sul de São Paulo e noroeste do Paraná e os xocling da floresta sub-tropical das encostas do planalto. Em ambos os casos se usou para com os índios de extrema violência. Os caingang estavam numa região de expansão da lavoura comercial do café, fato agravado com a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (Bauru–Corumbá). Também os caingang do norte do Paraná resistiram até por volta de 1924; nos anos 1870 havia um projeto de passar por aí uma estrada de ferro que ligaria Paranaguá ao Peru e que a resistência indígena fez abandonar (Mota 1994: 158-169). Seria tal projeto um precursor da ferrovia Noroeste (hoje Novoeste)?

Numa das áreas cedidas a companhias colonizadoras para assentar imigrantes viviam os xocling. Os conflitos se agravaram a partir dos meados do século XIX, quando o assentamento já se fazia em pleno âmago do território xocling. As denúncias e também as defesas do extermínio dos índios veiculadas pela imprensa, primeiro regional, depois nacional, contribuíram, entre outros fatores, para a criação do Serviço de Proteção aos Índios, em 1910, que é a agência que conseguirá fazer o contato pacífico tanto em São Paulo quanto em Santa Catarina com os indígenas que ainda restavam.

## Aspectos culturais dos jês meridionais

Ursula Wiesemann, pesquisadora do Summer Institute of Linguistics (hoje Sociedade Internacional de Lingüística), que se dedicou ao estudo da língua caingang, admite que ela se manifesta por quatro dialetos: o de São Paulo, o do Paraná, o do Sul e o xocling (Wiesemann 1964: 315, nota 3). Posteriormente, no prefácio de seu dicionário da língua caingang, ordenou-os de um modo ligeiramente diferente: o de São Paulo (ao norte do rio Paranapanema), o do Paraná (entre o Paranapanema e o Iguaçu), o central (entre o Iguaçu e o rio Uruguai), o do sudoeste (ao sul do rio Uruguai, a oeste do rio Passo Fundo) e o do sudeste (ao sul do rio Uruguai, a leste do rio Passo Fundo) (Wiesemann 1981). Nesse prefácio não faz referência ao xocling, não deixando explícito se a sua omissão se devia à não inclusão desse dialeto no dicionário ou se passara a considerá-lo uma língua distinta.

Hoje, vivendo em pequenas terras indígenas, controladas por postos, nas quais também estão presentes índios guaranis, um ou outro índio do nordeste, brancos casados com índios, descendentes desses casamentos mistos, trabalhando para proprietários fora da reserva, para arrendatários dentro da própria reserva, para madeireiros e, quando possível, nas suas próprias roças, tanto os caingang quanto os xocling pautam sua conduta por padrões bem distantes daqueles que os orientavam antes do contato. De qualquer modo, qualquer reconstituição desse modo de vida anterior que a memória dos índios atuais ou a documentação escrita venham a permitir tem de ser datada. Os xocling, por exemplo, antes de sua fixação em postos, já não viviam como em tempos mais remotos: a necessidade de deslocamentos constantes para escapar a seus perseguidores tinham-nos feito abandonar a agricultura.

Ítala Irene Basile Becker (1976) dedicou-se a uma trabalhosa e muito útil compilação de dados históricos referentes aos caingang do Rio Grande do Sul. Entretanto, omitiu-se de uma crítica dos mesmos e de tentar ela própria uma interpretação. Mesmo que o tivesse feito, será que poderíamos estender uma reconstituição do sistema sociocultural caingang do Rio Grande do Sul para os demais, até São Paulo? É muito provável que houvesse diferenças, mesmo que pequenas, entre os caingang que viviam na floresta com predominância do pinheiro e aqueles que moravam na floresta tropical, mais ao norte.

Jules Henry fez pesquisa entre os xoclung desde o final de 1932 até o início de 1934, por conseguinte 19 anos depois do primeiro contato amistoso do SPI com um de seus grupos. Nenhum pesquisador com formação antropológica esteve com eles mais cedo assim como nenhum outro, malgrado um significativo número de cronistas, estudou os caingang com esse tempo de contato. Por isso, suas informações sobre os xoclung são muito valiosas. Estudou-os já fixados numa reserva, mas num tempo em que os lotes dos colonos ainda não tinham chegado às vizinhanças da mesma, de modo que podiam fazer expedições de caça e abater animais grandes, como a anta. Também pôde conversar com índios xoclung que tinham sido fixados no posto do SPI em idade madura. Recolheu também muitas informações do passado, podendo ordenar mais ou menos num período de dois séculos os protagonistas dos relatos ajudado pelas genealogias. Conforme Henry, os xoclung na época logo anterior ao contato viveriam agrupados em famílias extensas de 50 a 300 indivíduos. Talvez o termo família extensa não seja o mais apropriado, uma vez que a maioria dos casamentos se faziam dentro dela. As relações entre os membros de cada uma dessas famílias era de grande solidariedade e marcada por um esforço em evitar quaisquer conflitos, sendo por outro lado altamente agressivas as relações entre tais famílias. Elas constituiriam, por conseguinte, grupos locais autônomos. Dentro de cada um desses grupos era possível a poliginia, poliandria, o casamento grupal, além das uniões monogâmicas. As restrições do incesto estavam reduzidas ao mínimo, sendo evitadas as uniões com genitores e irmãos. Ceifados continuamente pelos conflitos entre seus próprios grupos locais, por ataques caingang e pelos assaltos dos bugreiros brasileiros, havia sempre a necessidade de acomodar novas uniões para os viúvos e viúvas de modo que tanto eles como os jovens que chegavam à idade de casar não deixassem o grupo para procurar cônjuge em outro. Assim, uma mulher poderia convidar um outra para ajudá-la nos cuidados com seus vários maridos, transformando a relação poliândrica em casamento grupal. Um homem poderia permitir a seu filho o acesso à madrasta. Um genro poderia vir a ter acesso à sogra.

É certo que os xoclung se dividiam em cinco grupos, cada qual com seu elenco de nomes pessoais e com a sua pintura de corpo. Esta se constituía de modos diferentes de traçar o círculo, para três grupos, e variações no traço de linhas verticais, para os outros dois. Entretanto, tais grupos não guardavam nenhuma regra unilinear e seus desenhos corporais tinham como único objetivo afugentar as almas dos mortos (Henry 1964: 175-7).

Já os caingang estavam divididos em metades exogâmicas patrilineares, como deixa claro Nimuendajú (1993a), possivelmente apoiado em seus dados de São Paulo e do norte do Paraná, tomados por volta de 1913, e também Baldus (1979), que esteve no sul do Paraná em 1933. Ursula Wiesemann (1964), nos meados do século XX, mostrou como os caingang de um posto do Paraná e de outro do Rio Grande do Sul ainda mantinham, com adaptações, sua afiliação a metades, mesmo os mestiços. Uma das metades usava traços verticais na pintura de corpo; a outra, pontos. Além de lembrar a dos xoclung quanto à forma, a pintura de corpo caingang também se assemelhava àquela no que tange às relações entre vivos e mortos, pois nas visitas ao cemitério é que era usada (Nimuendajú 1993a: 61). Nimuendajú também chama a atenção para as diferenças psíquicas e físicas que simbolicamente os caingang associavam a cada metade: os membros de uma, de corpo fino, peludo, ligeiros nos movimentos e nas resoluções, cheios de iniciativa, mas pouco persistentes; os da outra, corpulentos, de pés grandes, movimentos e resoluções vagarosos. Assim, nos ataques guerreiros, os primeiros iam na frente, mas os segundos é que sustentavam a luta. As metades se dividiam em grupos

menores, sobre os quais as informações são mais fragmentárias. Conforme Wiesemann (1960: 180-1), a criança, logo ao nascer, recebe os nomes de um ancestral de sua metade. A pessoa que recebe mais de dois nomes se distingue das que recebem até dois por certos poderes mágico-rituais.

Juracilda Veiga (2006, pp. 80-95) confirma a existência das metades patrilineares Kanhru e Kamẽ dos caingang e, indo mais além, empreende a tarefa de compreender como outros grupos referidos pelos vários autores com diferentes nomes a elas se integram ou com elas se relacionam. Com base nos dados bibliográficos e de campo, conclui que cada uma dessas metades está dividida em duas seções. Em cada par de seções, uma delas tem o mesmo nome da metade que o inclui. Assim, a metade Kanhru está dividida nas seções Kanhru e Votor; a metade Kamẽ, nas seções Kamẽ e Wonhétky. Embora as quatro seções sejam patrilineares, somente daquelas que têm o mesmo nome das metades se espera que sejam exogâmicas. As seções Votor e Wonhétky seriam de origem externa aos caingang, a primeira constituída por antigos aliados e segunda por prisioneiros ou cativos. Em favor de sua admissão da origem externa dessas seções, Juracilda Veiga lembra que também entre os xerentes, jês centrais (da área Tocantins-Xingu), cada metade patrilinear inclui um clã de origem externa do qual não se exige a observância da exogamia, conforme Curt Nimuendajú (p. 95).

A distinção entre as seções constituintes da mesma metade também se manifesta nas pinturas corporais, ou melhor, faciais (pp. 97-107). Assim, se os Kanhru se pintam com pontos cheios, os Votor usam círculos vazios; e se os Kamẽ fazem traços verticais, os Wonhétky riscam um traço curvo a partir de cada canto da boca. Os nomes das seções variam segundo os locais dispersos pelos quatro estados do sul do Brasil, o que se deve às diferenças de grafia usadas pelos vários pesquisadores, às diferenças dialetais e também à referência à seção, não por seu nome, mas pelo da sua pintura. Essas diferenças são apresentadas num quadro (p. 87). Mas vale alertar que algumas denominações não correspondem a seções e sim a papéis rituais. É o caso de *péin* (pp. 95-97), denominação dada a membros de uma e de outra metade encarregados de fazer as sepulturas, os serviços fúnebres e de luto. Eles é que marcam, e no final desmarcam, as sepulturas dos mortos pelos quais se celebrará o Kikikoi e supervisionam o bom andamento desse rito.

Juracilda Veiga faz um levantamento de todos os casamentos vigorantes na terra indígena Xapecó, identificando as seções de cada cônjuge ou a etnia não caingang (guarani, branco) no caso das uniões interétnicas (pp. 115-128). Distribuindo-os em tabelas, classificando-os quanto a sua aceitabilidade e prestígio, procura saber até que ponto as relações reais se aproximam do casamento ideal. Descobre uma alta porcentagem de uniões endogâmicas dentro das seções Kanhru e Kamẽ. Entre as razões do rompimento da regra exogâmica estaria a grande disparidade entre os números de membros das seções.

Faz também um exame da terminologia de parentesco (pp. 128-144) e identifica que duas delas operam na mesma comunidade, uma entre os membros de mais idade e outra entre os mais jovens. Nesta última há não somente a inserção de uns poucos termos do português, como também sua distribuição pelas posições genealógicas é diferente, refletindo a moderna exclusão do casamento entre primos cruzados mais próximos (filhos da irmã do pai ou filhos do irmão da mãe). A análise da terminologia termina de um modo inesperado, com a sugestão de que o sistema caingang seria como o karia australiano (pp. 142-144), ou, citando um



exemplo mais próximo, o caxinauá do Acre e do Peru. Ainda que a terminologia de parentesco possa sugerir essa possibilidade, é preciso lembrar que o sistema kariera é constituído por quatro seções. E, para que o sistema caingang pudesse funcionar como tal, seria preciso que as seções Votor e Wonhétky respeitassem a exogamia e se casassem somente entre si, conjugando-se por uma regra de descendência às outras duas.

Os recém-nascidos recebem nomes pessoais (pp. 145-162) conforme a seção a que pertencam. Esses nomes se distinguem em “bons” e “ruins”. Embora Juracilda Veiga discorde da interpretação dessa distinção conforme o número de nomes recebidos, proposta por Ursula Wiesemann, ela própria não oferece uma alternativa bem definida, levantando três hipóteses. Aquela pela qual parece se inclinar mais fortemente é a de que os nomes “bons” são aqueles criados pelos pais míticos Kanhrú e Kamê e, portanto, pertencentes às seções assim denominadas. As outras duas hipóteses não parecem excluir a primeira: para uma os nomes “ruins” são emprestados de outra metade, nomes pertencentes a outros; conforme a outra, os nomes “ruins” são fortes, mais apropriados às lides com os espíritos dos mortos. Afinal de contas, para proteger uma criança da ação dos espíritos, uma solução é lhe dar um nome da metade oposta.

Juracilda Veiga finaliza com o exame das relações entre vivos e mortos (pp. 163-177), de que o rito de Kikikoi (pp. 189-196) é uma das manifestações. Sem querer resumir sua descrição e análise, pode-se aqui simplesmente apontar alguns detalhes que chamam a atenção por sua semelhança com os outros jês. A explicação da morte como o afastamento definitivo da alma, ao aceitar comer ou sentar-se com os mortos, é a mesma dos craôs, um ramo dos timbiras, jês do norte, se substituirmos “sentar-se” por “ter relações sexuais”. Também a queixa dos vivos por terem sido abandonados pelo morto. A entrega dos serviços funerários aos “outros” (cunhados, membros da metade oposta, estrangeiros), os caingang a partilham com outros grupos indígenas não somente macro-jês. Note-se que o buraco aberto no cemitério para dar aos mortos acesso a este mundo durante o Kikikoi é encargo dos Votor, uma seção de ascendência estrangeira. Vale notar ainda que a distribuição das sepulturas no cemitério em quatro quadrantes (esquema da p. 94) sugere a mesma relação simbólica entre os quatro pontos cardiais mantida pelos craôs, em que o sul é como que um “sub-leste” e o norte, um “sub-oeste”.

É difícil saber se os caingang se distribuíam no passado em grupos locais autônomos e de tendência endogâmica e no mais das vezes hostis entre si, tal como os xocleng. É curioso como diferentes autores dão uma grande importância aos chefes desses grupos de composição desconhecida, enumerando-os por seus nomes e apresentando as informações disponíveis sobre cada um em São Paulo (Montagner 1976: 87-91), no Paraná (Mota 1994: 207-255), no Rio Grande do Sul (Becker 1976: 124-131). Becker (1976: 112), apoiada em autores do passado, fala na existência de um cacique geral e em caciques subordinados. Não sei até que ponto uma crítica mais rigorosa das fontes sustentaria a existência dessa hierarquia; além disso, mesmo que se viesse a confirmar a existência de um cacique geral, certamente sua jurisdição não se estenderia sobre todos os caingang, de São Paulo ao Rio Grande do Sul; ele haveria de ser forçosamente um cacique regional.

## Vida nas reservas indígenas

Atualmente os jês meridionais vivem em pequenas terras indígenas administradas por postos da Funai, que sucedeu ao SPI. Algumas delas foram alvo de estudos das relações entre os índios como moradores de reserva, como Icatu (SP) e Vanuíre (SP) por Delvair Montagner (1976); Apucarana (PR) por Cecília Vieira Helm (1977); Mangueirinha (PR) por Maria Lígia Moura Pires (1975 e, em co-autoria com Ramos, 1980); Xaçecó (SC) por Sílvio Coelho dos Santos (1970); Ibirama (SC) por Sílvio Coelho dos Santos (1970) e Alexandro Namem (1994). A última dessas terras indígenas é dos xocleang; as demais, dos caingang.

CAINGANG				
Vegetação	Dialetos	Terras Indígenas	UF	Pesquisadores
Floresta tropical com manchas de cerrado	São Paulo	Icatu	SP	Montagner
		Vanuíre		Pourchet, Montagner
	Paraná	Laranjinha	PR	
		Barão de Antonina I		
		São Jerônimo da Serra		
		Apucarana		Vieira Helm
		Tibagi		
		Queimadas		
		Ivaí		
		Faxinal		
Marrecas				
Rio das Cobras		Pourchet, Wiesemann		
Floresta subtropical com pinheiros-do-paraná e manchas de campos limpos	Central	Mangueirinha	SC	Moura Pires
		Palmas		Baldus, Pourchet
		Xaçecó		Coelho dos Santos, Veiga
		Toldo Chimbanguê		
	Sudoeste	Toldo Imbu		
		Iraí	RS	Simonian
		Guarita		
		Inhacorá		
		Rio da Várzea		
	Serrinha			
Sudeste	Votouro			
	Ventarra			
	Cacique Doble			
	Carreteiro			
	Ligeiro			
	Monte Caseiros			
Borboleta				

Mas vale notar que na maioria delas há também brancos casados com índios, filhos desses casamentos, índios guaranis e um ou outro índio de áreas mais distantes. O trabalho de Moura Pires teve o mérito de mostrar a hierarquia que ordena de cima para baixo brancos, mestiços, caingang e guaranis em Mangueirinha. Namem mostrou hierarquia semelhante instalada em Ibirama. Mas não há informações disponíveis que permitam estender tal hierarquia para as outras terras indígenas do planalto Meridional. Apresento aqui um quadro que inclui as pequenas terras indígenas onde eles vivem, as características da vegetação original em que

estão situadas, a distribuição dialetal e (uma informação a ser atualizada) os pesquisadores que nelas estiveram.

Em Ibirama, os xocling ficaram de 1914 a 1954 sob a direção do funcionário que havia finalmente feito sua atração pacificamente e que se esforçou por manter o contato com os brancos sob controle. O trabalho de Jules Henry mostra que, nos primeiros anos da década de 1930, a reserva era coberta de floresta e era possível fazer expedições de caça de semanas de duração; animais grandes como a anta não eram de nenhum modo raros. De 1954 a 1964, os xocling exploraram o palmito da reserva vendendo-o a firmas destinadas a sua comercialização, até extingui-lo completamente. Veio depois a exploração da madeira e tentativas de colonos de se instalarem na terra indígena, culminando com a enchente de parte da mesma com uma das barragens de contenção das cheias do rio Itajaí. Em Apucarana e Xanxerê, os caingang tiveram boa parte das terras da reserva arrendadas a cultivadores civilizados, diminuindo sua área de cultivo, o que os obrigou a trabalharem para os próprios arrendatários ou para outros cultivadores.

De um modo geral, a vida nas reservas se rege sob o olhar paternalista do chefe de posto, que dá suas ordens a chefes indígenas nem sempre escolhidos pelos índios, disciplinados pela polícia indígena. Cultos evangélicos, rezas do catolicismo popular, jogos de futebol, bailes e festas de aniversário, substituem a antiga vida ritual. Um dos ritos, por exemplo, a festa de Kikikoi, foi proibido logo no início dos trabalhos do SPI em São Paulo e norte do Paraná, para evitar a concentração de índios convidados de outras reservas, que geralmente resultavam em surtos de moléstias contagiosas. No final do século XX, Xaçupé era a única terra indígena em que ainda se realizava (Veiga, 2006, p. 196).

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA DEMARQUET, Sonia de. 1983. "Os Xokling de Ibirama (uma comunidade de Santa Catarina)". *Boletim do Museu do Índio*, Documentação 3. Rio de Janeiro: FUNAI.
- BALDUS, Herbert. 1954. "Os Oti". *Revista do Museu Paulista* (Nova Série) 8.
- BALDUS, Herbert. 1979 [1937]. "O culto aos mortos entre os Kaingang de Palmas". Em *Ensaio de Etnologia Brasileira* (de H. Baldus). 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasília: Instituto Nacional do Livro. pp. 8-33.
- BECKER, Ítala Irene Basile. 1976. *O índio Kaingáng no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: UNISINOS-Instituto Anchieta de Pesquisas (Pesquisas, Antropologia, 29).
- CAPISTRANO DE ABREU, J. 1975. "Os guaianazes de Piratininga". Em *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* (de J. Capistrano de Abreu). 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília: INL. pp. 11-16.
- COELHO DOS SANTOS, Sílvio. 1975. *Educação e sociedades tribais*. Porto Alegre: Movimento.
- COELHO DOS SANTOS, Sílvio. 1970. *A integração do índio na sociedade regional: a função dos postos indígenas em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC.
- COELHO DOS SANTOS, Sílvio. 1973. *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokling*. Florianópolis: Edeme.
- HENRY, Jules. 1964. *Jungle people: a Kaingáng tribe of the highlands of Brazil*. Nova Iorque: Vintage Books. (Observação: Kaingáng aqui deve ser entendido em sentido amplo; na verdade, o livro trata dos Xókleng).

- MONTAGNER, Delvair. 1976. *Aspectos da organização social dos Kaingáng paulistas*. Brasília: FUNAI-DGPC-DEP.
- MOTA, Lúcio Tadeu. 1994. *As guerras dos índios Kaingang — A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá.
- MOURA PIRES, Maria Lígia. 1975. *Guaraní e Kaingáng no Paraná: um estudo das relações intertribais*. Dissertação de Mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília.
- MOURA PIRES, Maria Lígia & Alcida Rita RAMOS. 1980. "Bugre ou índio: Guaraní e Kaingang no Paraná". Em *Hierarquia e simbiose: relações intertribais no Brasil* (Alcida Rita Ramos, org.). São Paulo: HUCITEC, Brasília: INL. pp. 183-240.
- NAMEM, Alexandre Machado. 1994. *Botocudo: uma história de contacto*. Florianópolis: Editora da UFSC e Editora da FURB.
- NIMUENDAJU, Curt. 1993a [1913]. "Notas sobre a organização religiosa e social dos índios Kaingang". Em *Etnografia e Indigenismo – Sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará* (de C. Nimuendaju, org. e introd. por Marco Antonio Gonçalves). Campinas: Editora da UNICAMP. pp. 57-66.
- NIMUENDAJU, Curt. 1993b [1913]. "Notas sobre a festa Kiki-ko-ia dos Kaingang". Em *Etnografia e Indigenismo – Sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará* (de C. Nimuendaju, org. e introd. por Marco Antonio Gonçalves). Campinas: Editora da UNICAMP. pp. 67-69.
- NIMUENDAJU, Curt. 1993c [1913]. "O jaguar na crença dos Kaingang do Paraná". Em *Etnografia e Indigenismo – Sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará* (de C. Nimuendaju, org. e introd. por Marco Antonio Gonçalves). Campinas: Editora da UNICAMP. pp. 71-75.
- NIMUENDAJU, Curt. 1993d [1912-13]. "Cartas das expedições aos Ofaié". Em *Etnografia e Indigenismo – Sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará* (de C. Nimuendaju, org. e introd. por Marco Antonio Gonçalves). Campinas: Editora da UNICAMP. pp. 83-99.
- NIMUENDAJU, Curt. 1993e. "Relatório sobre os Xavante de Mato Grosso (1913)". Em *Etnografia e Indigenismo – Sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará* (de C. Nimuendaju, org. e introd. por Marco Antonio Gonçalves). Campinas: Editora da UNICAMP. pp. 101-137.
- POURCHET, Maria Júlia. 1983. *Ensaio e pesquisas Kaingáng*. São Paulo: Ática.
- PROUS, André. 1992. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. Ler pp. 310-333.
- RIBEIRO, Darcy. 1974. "Notícia dos Ofaié-Xavante". Em *Uirá sai à procura de Deus – Ensaio de Etnologia e Indigenismo* (de D. Ribeiro). Rio de Janeiro: Paz e Terra. pp. 85-130. Publicado anteriormente na *Revista do Museu Paulista* (Nova Série) 5, 1951.
- SCHADEN, Francisco. 1972. "Xokleng e Kaingáng (notas para um estudo comparativo)". Em *Homem, cultura e sociedade no Brasil* (Egon Schaden, org.). Petrópolis: Vozes. pp. 79-89.
- SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. 1981. *Terra de Posseiros — Um estudo das políticas sobre terras indígenas*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ-Museu Nacional.
- SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. 1993. *"This Bloodshed Must Stop": Land claims on the Guarita and Uru-Eu-Wau-Wau reservations, Brazil*. Tese de doutorado. Nova Iorque: City University of New York.
- URBAN, Gregory P. 1978. *A model of Shokleng social reality*. Tese de doutoramento pelo Departamento de Antropologia de The University of Chicago.
- VEIGA, Juracilda. 2006. *Aspectos Fundamentais da Cultura Kaingang*. Campinas: Editora Curt Nimuendajú. [Originalmente *Organização Social e Cosmovisão Kaingang: Uma Introdução ao Parentesco, Casamento e Nominação em uma Sociedade Jê Meridional*. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1992].
- VIEIRA HELM, Cecília Maria. 1974. *A integração do índio na estrutura agrária do Paraná*. Tese de livre-docência na Universidade Federal do Paraná.

- VIEIRA HELM, Cecília Maria. 1977. *O índio camponês assalariado em Londrina: relações de trabalho e identidade étnica*. Tese apresentada ao Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, inscrita no Concurso para Professor Titular na Disciplina "Antropologia Brasileira".
- WIESEMANN, Ursula. 1960. "Semantic category of 'good' and 'bad' in relation to Kaingang personal names". *Revista do Museu Paulista* (nova série) 12.
- WIESEMANN, Ursula. 1964. "Children of mixed marriage in relation to Kaingang society". *Revista do Museu Paulista* (nova série) 15.
- WIESEMANN, Ursula. 1970. "Purification among the Kaingáng-Indians today". *Zeitschrift für Ethnologie* 95 (1).
- WIESEMANN, Ursula. 1981 [1971]. *Dicionário Kaingáng-Português — Português-Kaingáng*. Brasília: Summer Institute of Linguistics.

### Webgrafia

O site *Povos Indígenas no Brasil* (<http://pib.socioambiental.org/pt>), do Instituto Socioambiental, contém os seguintes verbetes referentes a povos indígenas desta área:

DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. 2005. "Ofaié".

TOMMASINO, Kimiye & FERNANDES, Ricardo Cid. 2001. "Kaingang".

WIIK, Flavio Braune. 1999. "Xokleng".

ATLANTO-PLATINA: Jês					
Nome tribal e sinônimos	CGNT	Classificação o lingüística	População	Data	Fonte
ofaié	Ofayé	macro-jê	61	2006	PIB
caingang	Kaingáng	jê < macro-jê	28.000	2006	PIB
xocleng	Xókleng	jê < macro-jê	887	2004	PIB

#### Abreviaturas e notas do quadro

CGNT→ "Convenção para da grafia dos nomes tribais", assinada pelos participantes da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no Rio de Janeiro, em 1953, de modo a uniformizar a maneira de escrever os nomes das sociedades indígenas em textos em língua portuguesa. Essa "Convenção" foi publicada na *Revista de Antropologia* (vol. 2, nº 2, São Paulo, 1954, pp. 150-152) e posteriormente nas primeiras páginas (não numeradas) do volume organizado por Egon Schaden, *Leituras de Etnologia Brasileira* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976). Preferimos, entretanto, usar a ortografia oficial brasileira.

PIB→ Site *Povos Indígenas no Brasil* (<http://pib.socioambiental.org/pt>), do Instituto Socioambiental, São Paulo.

[Página inicial](#)

[Lista das áreas](#)